

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA PARA ENSINO MÉDIO

Caroline Antunes Martins Alamino
Mestranda de História – UDESC

Eixo temático III: Disciplinas escolares ("disciplinas-saber")

RESUMO: Este artigo pretende trazer a luz das discussões sobre processos avaliativos algumas reflexões sobre avaliação na disciplina de História a partir de um estudo de caso de um planejamento de avaliação para o terceiro ano do Ensino Médio, elaborado em 2009. Realizando uma análise a partir das discussões de autores que trabalham com perspectivas pedagógicas e históricas de como devem ocorrer os processos de avaliação, tendo como principais referenciais teóricos a obra *A prática educativa: como ensinar* do cientista da educação, catalão Antoni Zabala e a obra *Ensinar História* das historiadoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli.

Palavras-chave: processos de avaliação,

Quando se pensa em processos de avaliação é necessário ter em mente o que queremos avaliar e com que finalidade. Antoni Zabala traz que ao pensar em avaliação temos que conseguir responder alguns questionamentos como: “Avaliação serve para medir o grau de conhecimento do discente? Serve para medir o processo de ensino/aprendizagem? Quem se avalia? O que se avalia?” (1998, p. 197)

Recentemente fui planejar uma aula sobre processos avaliativos no ensino de História para o estágio docente do mestrado em História e me deparei com algumas releituras e algumas leituras novas de autores que trabalham com o tema. Então recordei que em 2009 atuava como professora de História no Ensino Médio em uma escola estadual na cidade de Mauá, na região da Grande São Paulo, e que de acordo com recomendações dos orientadores pedagógicos realizávamos Planejamentos de Avaliação. Contatei uma antiga colega de profissão que ainda possuía alguns de seus Planejamentos de Avaliação, que gentilmente os me cedeu e me autorizou a sua utilização, quando lhe contei de minha intenção de realizar a presente discussão. Por considerar desnecessário omitirei seu nome, trarei apenas algumas informações, a professora em questão é graduada em Licenciatura e Bacharelado em História e em 2009 possuía dois anos de experiência como professora no Ensino Médio. A proposta deste artigo é construir reflexões sobre o planejamentos de avaliações, sob a luz das contribuições sobre o tema, sobretudo dos autores Antoni Zabala e Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, entre outros.

Neste artigo discutiremos um tipo específico de avaliação, avaliação de aprendizagem de conhecimento histórico no Ensino Médio. Com esta proposta podemos responder um dos questionamentos no início deste artigo, o que queremos avaliar? No caso, o conhecimento histórico adquirido pelos discentes do Ensino Médio, mas para pensar no planejamento desta avaliação temos que ter em mente porque a queremos, o que vamos fazer com seus resultados, para então planeja-la.

É comum encontrarmos como resposta para essa questão que avaliação serve para medir o que o aluno sabe, esta é uma resposta simplista e pobre para a dimensão do que pode ser uma avaliação.

Com o passar do tempo, os estudiosos em avaliação estabeleceram diferenças entre avaliar e medir. POPHAM (1983), por exemplo, diz que o processo avaliativo inclui a medida, mas nela não se esgota. A medida diz o quanto o aluno possui de

determinada habilidade; a avaliação informa sobre o valor dessa habilidade. A medida descreve os fenômenos com dados quantitativos; a avaliação descreve os fenômenos e os interpreta, utilizando-se também de dados qualitativos.(DEPRESBITERIS, 1998, p.162).

A partir dessa definição fica mais fácil entender porque o processo de avaliação não se resume ao que comumente chamamos de prova, a prova tal qual entendemos como uma ferramenta de avaliação em formato de questões orais ou escritas, apenas demonstra um valor quantitativo do conhecimento histórico que queremos avaliar. Isso sem levar em conta as inúmeras variáveis que podemos obter com esta ferramenta dependendo de como é aplicada e mesmo dependendo de processos subjetivos dos discentes que vão respondê-la como, por exemplo, um estudante que tem um resultado aquém do esperado não significa necessariamente que ele não possui o conhecimento histórico que se espera dele, e talvez ele naquele dia no momento em que realizou a prova estava com problemas pessoais, ou de saúde entre outras possibilidades. Por isso a prova em si é considerada válida sim por muitos dos pensadores sobre avaliação, desde que seja usada como uma das diversas ferramentas que se pode utilizar no processo avaliativo e jamais como um fim em si mesmo.

Um dos principais fatores que convencionou a prova como forma de avaliação é a sua praticidade em relação à atribuição de notas, conseguir expressar de forma quantitativa conhecimento de um discente. O que nos leva a refletir sobre os problemas que um processo avaliativo expresso exclusivamente por notas pode apresentar. Os principais problemas que podemos levantar são:

A insuficiência do processo avaliativo e o que ele expressa – apenas a utilização de notas deixa uma lacuna no resultado das avaliações para responder quais são as necessidades daquele discente que não estão sendo atendidas, inclusive na comunicação entre o professor, aluno, coordenação pedagógica e pais, sobre o que precisa ser trabalhando com o discente para que haja progressos em seu processo de aprendizagem. Por exemplo, em uma prova que dois alunos tenham obtido como nota do parâmetro de 0 a 10, o valor 5, podemos ter como motivos dessa nota mediana dificuldades diferentes, pode um dos alunos possuir dificuldades em leitura e interpretação de textos enquanto o outro apresentar dificuldades em demonstrar de forma descritiva o conhecimento aprendido nas aulas. Portanto quando é utilizado apenas a nota, no caso o 5, esse número não vai traduzir o real significado do que foi apurado no processo avaliativo e muitos menos se trata de uma reflexão das necessidades de

aprendizagem que devem ser trabalhadas com aqueles alunos, se tornando uma comunicação insuficiente do processo de ensino/aprendizagem;

Alimentar um sistema de meritocracia - quando se avalia um discente e se expressa o resultado desta avaliação exclusivamente por notas, se estabelece um sistema de méritos, em que o discente acaba compreendendo o processo de ensino e aprendizagem não como um crescimento pessoal subjetivo, em que cada um vai ter o seu tempo e meios de adquirir conhecimento, e passa a entender a nota como mérito a ser conquistado inclusive em disputas com os demais discentes, o que muitas vezes alicia o comportamento das crianças a estudarem para uma premiação não por conhecimento, sobretudo quando temos pais que reagem as notas com premiações ou punições aos filhos de acordo com seus resultados;

No entanto isso não é motivo para que a utilização de provas e notas sejam totalmente descartáveis, alguns autores recomendam a utilização de um meio termo.

Creio que a posição mais moderada seria tanto a de evitar o endeusamento da nota, envolvendo-a numa aura mágica e confundindo-a com a própria aprendizagem, como a de não rechaçá-la por completo. Na primeira perspectiva, conforme já mencionado (LUCKESI, 1984), a avaliação se reveste de um caráter exclusivamente comercial, contábilístico, pelo qual se somam e se dividem notas. Na segunda perspectiva, pode-se incorrer no erro de retirar o elemento de comunicação entre professores e alunos e seus responsáveis. (DEPRESBITERIS, 1998, p.168).

Pensando, portanto em como não cair nas garras desses vícios nos processos de avaliação, o primeiro passo a ser tomado é planejar a avaliação.

Para Vasconcellos (2000), planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar algo incrível, essencialmente humano: o real comandado pelo ideal. Percebe-se assim que o planejamento só tem sentido se o educador coloca-se numa perspectiva de mudança.

Para se planejar um processo avaliativo Zabala(1998) diz que primeiramente deve-se estabelecer quem são os sujeitos e quais são os objetos de uma avaliação. Que são divididos em sujeitos: alunos, classe ou grupo, professores, equipe docente; e objetos: processo de aprendizagem, processo de ensino. No Planejamento de Avaliações selecionado para objeto de estudo deste artigo, tem como sujeitos da avaliação um grupo de terceiro ano de Ensino Médio e como objeto os processos de aprendizagem.

O que avaliar?

Mas, o que deve ser levado em conta no planejamento da avaliação? Depresbiteris (1998) nos dá algumas orientações sobre isso, colocando uma pequena lista do que devemos contemplar no planejamento de avaliação: estabelecimento de conteúdos; a escolha das técnicas de ensino; a definição de formas de avaliação; a determinação de critérios de avaliação (relativos e absolutos); a definição de formas de analisar os resultados;

Na avaliação da aprendizagem, a análise mais formalizada de resultados acompanha a aplicação de um instrumento e dá sequência a replanejamentos e orientações para os alunos; serve fundamentalmente para auxiliar a recuperação do aluno. (DEPRESBITERIS, 1998, p.167).

No planejamento a seguir podemos identificar alguns destes itens¹:

Planejamento de Avaliação 3º Bimestre / 2009
Disciplina: História Série: 3º Ensino Médio Turma: 3D
Objetivos: Avaliar aprendizagem dos alunos sobre os conceitos de guerra, território, nacionalidade, corrida armamentista e conflitos históricos entre o Paquistão e a Índia.
Metodologia: Questionário, debate e avaliação dissertativa.

¹Este planejamento foi produzido para discussões nas reuniões pedagógicas e para uma avaliação pessoal dos resultados apresentados pela turma, aqui se apresenta uma transcrição devido ao original apresentar muitas rasuras que ficaram ilegíveis no processo de digitalização, mas não houve alterações em seu conteúdo e sua forma foi alterado apenas que o item *Relatório de resultados* que havia sido escrito manualmente.

Relatório de resultados:

O questionário foi aplicado no dia 05/08/2009, após duas aulas de introdução ao tema, foi diagnosticado que os conceitos de conflitos históricos e disputas por territórios se encontra muito raso na turma. E que o conhecimento sobre os países da Índia e Paquistão são basicamente nulos.

26/08/2009 – Foi realizado um debate em sala de aula, onde foi proposto que os alunos se dividissem em dois grupos onde um grupo estabeleceu uma defesa em relação a Índia sobre o conflito e o outro saiu em defesa do Paquistão. É facilmente notável uma evolução no aprendizado sobre o tema da turma, além de um bom rendimento de trabalho em grupo, é possível identificar também alunos que possuem uma boa eloquência e poder de argumentação enquanto outros são mais tímidos, mas mesmo assim participaram da atividade. Três alunos se recusaram participar do debate.

23/09/2009 – Após mais quatro aulas expositivas participativas onde foram tiradas as dúvidas remanescentes foi aplicado uma avaliação dissertativa, em que os alunos deveriam descrever os antecedentes históricos do conflito, os principais fatos do conflito e fazer uma conclusão crítica da relevância do conflito entre a Índia e o Paquistão na atualidade e o que representa esse conflito na ordem mundial. Foi possível detectar que 25 alunos o que representa cerca de 70% da turma avaliada conquistou resultados satisfatórios tanto em conceitos adquiridos quanto na elaboração de ideias e no processo de escrita. Quatro alunos apresentaram dificuldades na escrita (muitos erros gramaticais) e ideias desconexas na dissertação, embora tenham apresentado algum conhecimento sobre o assunto, ainda possuem uma grande dificuldade de se expressarem. Três alunos foram sucintos demais gerando dúvidas sobre a falta de conhecimento ou falta de vontade em realizar a atividade proposta e um aluno não realizou a atividade (o que foi relatado para orientação pedagógica) e um aluno estava ausente no dia da avaliação.

Conclusão: Deve ser realizado recuperação paralela com os 30% dos alunos que não atingiram o resultado satisfatório. Foi passado em reunião pedagógica a necessidade de reforço em redação dos cinco alunos que tiveram dificuldades em escrever a dissertação mesmo tendo bons resultados no debate. O aluno que se recusou participar do debate e da avaliação.

Neste planejamento é possível identificar que foram estabelecidos os conteúdos dentro dos objetivos, foram definidas as formas de avaliação no item metodologia, e foram analisados resultados de forma descritiva embora, não tenha sido explicitado que essa seria a forma de análise. Ficaram ausentes as técnicas de ensino que não foram descritas inclusive não se relata quais devem ser as formas de recuperação paralela. E embora não estejam explícitos os critérios de avaliação é possível identifica-los.

É possível também a partir desse planejamento pensar em outras formas de conceitos de avaliação.

Os conteúdos de aprendizagem a serem avaliados não serão unicamente conteúdos associados às necessidades do caminho para a universidade. Será necessário, também, levar em consideração os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que promovam as capacidades motoras, de equilíbrio e de autonomia pessoal, de relação interpessoal e de inserção social.(ZABALA,1998, p.197)

Para entendermos melhor a proposta de avaliação de Zabala (1998), vamos descrever o significado desses conteúdos. Avaliar os conteúdos conceituais é identificar se há conhecimento sobre conceitos e informações. No caso da disciplina de História é identificar, por exemplo, no conteúdo, se está claramente compreendido pelos discentes o que é uma guerra, uma revolta, um território. Que são conceitos necessários para se estabelecer um conhecimento com significado sobre as informações trabalhadas. Schmidt e Cainelli recomendam o uso de atividades que expressem a aprendizagem de conteúdos como avaliações dissertativas. Zabala não descarta o uso de avaliações objetivas para diagnosticar o conteúdo relacionado a informações aprendidas, mas para conceitos recomenda também avaliações dissertativas, o uso de debates, exposições etc.

Nos conteúdos procedimentais o que se avalia é o *saber fazer*, avalia-se, por exemplo, se os discentes tem conhecimento sobre os procedimentos necessários para realizar uma pesquisa bibliográfica, produzir uma redação, analisar fontes históricas etc. Como ferramentas de avaliação Zabala recomenda a observação do desenvolvimento desse *saber fazer*.

Sobre os conteúdos atitudinais a avaliação se dá em relação à formação de atitudes e valores, visando à intervenção do aluno em sua realidade. É a vivência do ser com o mundo que o rodeia.

É fundamental ver o aluno como um ser social e político sujeito do seu próprio desenvolvimento. O professor não precisa mudar suas técnicas, seus métodos de trabalho, precisa, isto sim, ver o aluno como alguém capaz de estabelecer uma relação cognitiva e afetiva com o meio circundante, mantendo uma ação interativa capaz de uma transformação libertadora (SANT'ANA,1995 p.26).

Segundo Zabala deve ser orientada pela observação sistemática de opiniões, das atuações em grupo, na distribuição de tarefas e responsabilidades, debates, etc.

No relatório de resultados de Planejamento de Avaliação é possível identificar que foram avaliados os conteúdos conceituais nas três etapas da avaliação: nos questionários, no debate e na dissertação. Os conteúdos procedimentais foram avaliados na realização do debate

e na dissertação em que há uma preocupação em observar se houve o *saber fazer* tanto no processo de como se portar no debate assim como de construir uma dissertação. Já os conteúdos atitudinais apenas são observados quando se nota o aspecto negativo de alunos que se recusaram a participarem das atividades, mas não há nenhuma descrição mais profunda sobre o porque ou o histórico desses alunos que pudessem nos revelar um diagnóstico mais profundo.

Como avaliar?

Zabala(1998) defende que a avaliação deve ser uma *Avaliação Formativa*, processo de avaliação que deve ser compreendido em três etapas: A *Avaliação Formativa Inicial*, em que deve ser diagnosticado: O que sabem os alunos em relação ao que quero ensinar? Que experiências tiveram? O que são capazes de aprender? Quais são seus interesses? Quais são seus estilos de aprendizagem? Essas questões possibilitam ter um panorama do conhecimento prévio dos alunos tanto em relação ao conteúdo que se pretende avaliar como em relação aos seus interesses contribuindo para a elaboração de aulas mais participativas e atraentes. A *Avaliação Formativa Reguladora* que deve ser realizada durante o processo de ensino/aprendizagem para apurar os resultados obtidos, analisar o processo e a progressão de cada aluno e adequar o processo de ensino/aprendizagem conforme as necessidades específicas. E a *Avaliação Formativa Final* que diagnostica os resultados obtidos ao final do processo de aprendizagem, resultado final de todo conhecimento adquirido e para além dos conhecimentos as capacidades cognitivas desenvolvidas.

No Planejamento de Avaliação analisado nota-se que houve essa separação da avaliação em três etapas, mas nenhuma de forma abrangente como recomendado por Zabala. Nota-se também, no questionário uma avaliação inicial em que se sonda os conhecimentos prévios dos alunos em torno apenas dos conteúdos conceituais que vão ser desenvolvidos nas próximas aulas. Não há demonstração de preocupação com os interesses dos discentes. Já na realização do debate demonstra ocorrer no meio do processo de ensino/aprendizagem, como uma avaliação reguladora, que mede o que deve ser aprimorado no processo, contudo o relatório de resultados é um tanto quanto superficial neste diagnóstico e por fim a produção da dissertação é utilizada como uma avaliação final onde se observa o conteúdo aprendido pelos alunos e algumas habilidades desenvolvidas, mas há ausência de um processo mais reflexivo

do professor quanto aos pontos positivos e negativos que foram verificados no processo de ensino/aprendizagem.

Pensando neste processo especificamente no ensino de História temos que reconhecer a real necessidade de uma avaliação contínua e formadora.

A avaliação tem de ser pensada como um diagnóstico contínuo e sistemático, o qual procurará analisar a relevância do conhecimento a ser ensinado, o significado do conhecimento ensinado e a eficácia do conhecimento aprendido.(SCHMIDT, CAINELLI, 2004,p.147 e 148);

Schmidt e Cainelli ressaltam que no planejamento dos processos de avaliação no ensino de História deve ser ter a preocupação de que avaliação serve como auxílio no processo de ensino e aprendizagem e que deve haver a substituição das velhas práticas de memorização. E como sugestões de avaliações na disciplina de História elas recomendam atividades realizadas em sala de aula; atividades que indiquem capacidade de síntese e redação; atividades que expressem aprendizagem; atividades que explicitem procedimentos.

Este parecer das autoras demonstra que mesmo tratando especificamente das avaliações no ensino de História elas também são adeptas do processo de Avaliação Formativa. Que Zabala traz algumas orientações sobre fatores necessários para a avaliação, como a cumplicidade entre professor e aluno, estar claro que a avaliação é para “ajudar” o aluno e não para “julgar” o aluno, informar ao aluno como está seu processo de aprendizagem, uma avaliação não resumida a notas e sim relativa às suas reais necessidades, informar os resultados das avaliações de forma adequada para os pais, alunos, professores, escola e administração.

Considerações Finais

Foi possível observar através deste Plano de Avaliação para a disciplina de História no Ensino Médio, que processos contínuos de avaliação são fortalecedores do processo de ensino e aprendizagem. Mesmo o Plano de Avaliação do estudo de caso apresentado neste artigo não ser tão completo e aprofundado como recomendam os pensadores da área, sua continuidade possibilitou um diagnóstico do objeto da avaliação, no caso a turma do 3D do Ensino Médio, rico em informações que não podem ser traduzidas meramente através de notas. Além de

levantar algumas necessidades do grupo que devem ser trabalhadas multidisciplinarmente como os problemas de leitura e interpretação de textos, que não refletem apenas no aprendizado de História.

Este artigo longe de pretender ser um fim em si mesmo, é apenas uma introdução a reflexões sobre processos de avaliação no ensino de História, que talvez tenha uma posição otimista, mas que entende que devido as discussões na academia se tornarem cada vez mais difusas entre os professores, sobretudo do Ensino Médio estamos no caminho de uma evolução e de transformações nos processos avaliativos do ensino de História de uma avaliação meramente objetiva e traduzida em números, para processos de avaliação que formam e regulam o aprendizado do ensino de História contribuindo para formação de discentes críticos e autônomos.

Referências Bibliográficas

DEPRESBITERIS, Lea. **Avaliação da aprendizagem do ponto de vista técnico-científico e filosófico-político**. Série Idéias n. 8, São Paulo: FDE, 1998.

ESTEBAN, Maria Teresa (org). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Préf. M.Gadotti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUTIERREZ, Francisco&PRIETO, Daniel. *A mediação pedagógica: educação a distância alternativa*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 7.ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LUCENA, Carlos; FUKS, H.; MILIDIÚ, R [et al.] **AulaNet: ajudando professores a fazer seu dever de casa**. PUC-Rio Inf. MCC043/98 december, 1998.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANT'ANA, I.M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e Instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2000.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.